

Anuários Estatísticos Regionais

2013

Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal

O INE divulga os Anuários Estatísticos Regionais, que constituem a publicação de referência na disponibilização de informação estatística à escala regional e municipal, de apoio à leitura de trajetórias regionais de desenvolvimento e ao estudo de problemáticas de base territorial.

A maioria da informação estatística é disponibilizada ao nível do município, constituindo um importante instrumento de análise para a administração local e para o conhecimento dos espaços de vivência quotidiana dos cidadãos.

A informação dos Anuários Estatísticos Regionais é disponibilizada através de sete publicações autónomas correspondentes a cada região NUTS II: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores (da responsabilidade do SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores) e Região Autónoma da Madeira (da responsabilidade da DREM – Direção Regional de Estatística da Madeira).

As publicações disponibilizam mais de 200 quadros, organizados em quatro capítulos – *O Território, A Atividade económica, As Pessoas e O Estado* – que abrangem 26 subcapítulos relativos às diversas áreas temáticas. No início de cada subcapítulo, apresenta-se um conjunto de indicadores de síntese, visando a comparação do posicionamento relativo das diferentes unidades territoriais no contexto dos fenómenos retratados. Os quadros de informação são apresentados em formato bilingue (português e inglês) e disponibilizam as hiperligações para os indicadores da Base de Dados *on-line* do Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt). A título ilustrativo, apresenta-se um quadro do subcapítulo *Construção e Habitação*.

INDICADORES DA CONSTRUÇÃO E DA HABITAÇÃO POR MUNICÍPIO, 2013

III.8.1	Licenciamento de construções novas para habitação familiar					Conclusão de construções novas para habitação familiar					
	Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície média habitável das divisões	Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas	Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície média habitável das divisões	Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas	
	N.º		m²			N.º		m²			N.º
	2013					2011-2013					
Portugal	2,0	0,7	5,2	20,3	6,3	2,2	0,8	5,0	21,0	4,5	
Continente	2,0	0,7	5,2	20,4	6,5	2,2	0,8	5,0	21,2	4,6	
Norte	2,0	0,6	5,3	20,7	8,9	2,2	0,7	5,2	21,2	6,4	
Minho-Lima	1,8	0,6	5,4	21,1	12,6	2,0	0,7	5,2	21,9	12,5	
Arcos de Valdevez	1,9	0,5	5,7	21,4	9,6	1,9	0,5	5,4	23,0	9,7	
Caminha	2,0	0,6	5,0	18,4	2,5	2,0	0,8	4,9	22,3	1,4	
(...)											

© INE, I.P., Portugal, 2014. Informação disponível até 30 de setembro de 2014. Information available till 30th September, 2014.

Fonte: INE, I.P., Inquérito aos Projetos de Obras de Edifícios e de Demolição de Edifícios e Estatísticas das Obras Concluídas.
Source: Statistics Portugal, Projects of Building Constructions and Demolitions Survey and Statistics on Construction Works Completed.

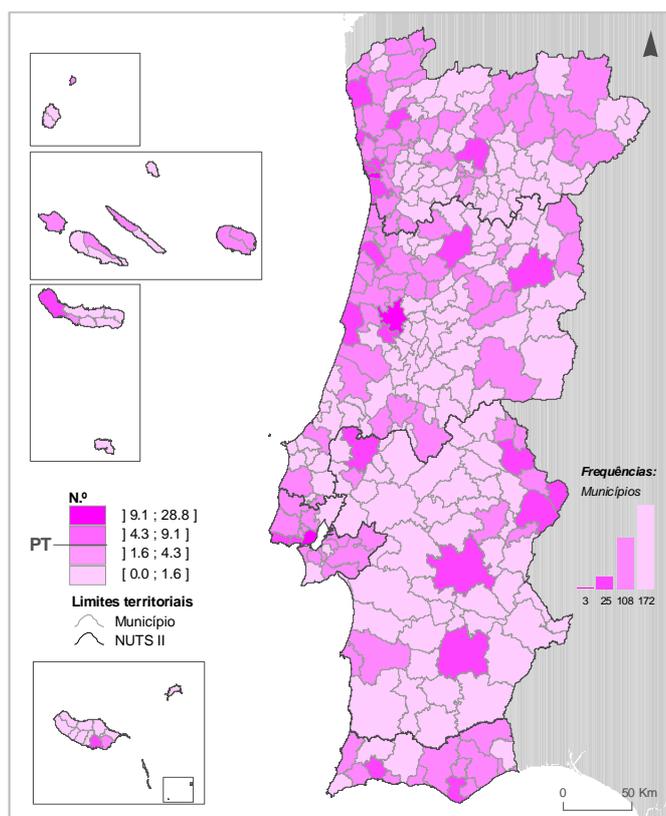
Nota: As rubricas "Conclusão de construções novas para habitação familiar" baseiam-se nas Estimativas das Obras Concluídas.
Note: The items "Completed new buildings for family housing" are based on Completed Works Estimations.

Apresenta-se em seguida, a título exemplificativo, uma breve análise de alguma da informação disponibilizada nos seguintes subcapítulos: Saúde, Mercado de Trabalho, Comércio Internacional, Turismo, Ciência e Tecnologia e Participação Política.

SAÚDE

Em 2013 existiam, em Portugal, cerca de 4,3 médicas/os por 1 000 habitantes, tomando como referência o local de residência do pessoal médico. Este indicador apresentava valores mais elevados nos municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto – destacando-se Lisboa (16,9), Oeiras (9,1), Porto (19,7) e Matosinhos (7,9) –, bem como em municípios capitais de distrito – evidenciando-se Coimbra (28,7) e Faro (9,0).

Médicos por mil habitantes, por município, 2013

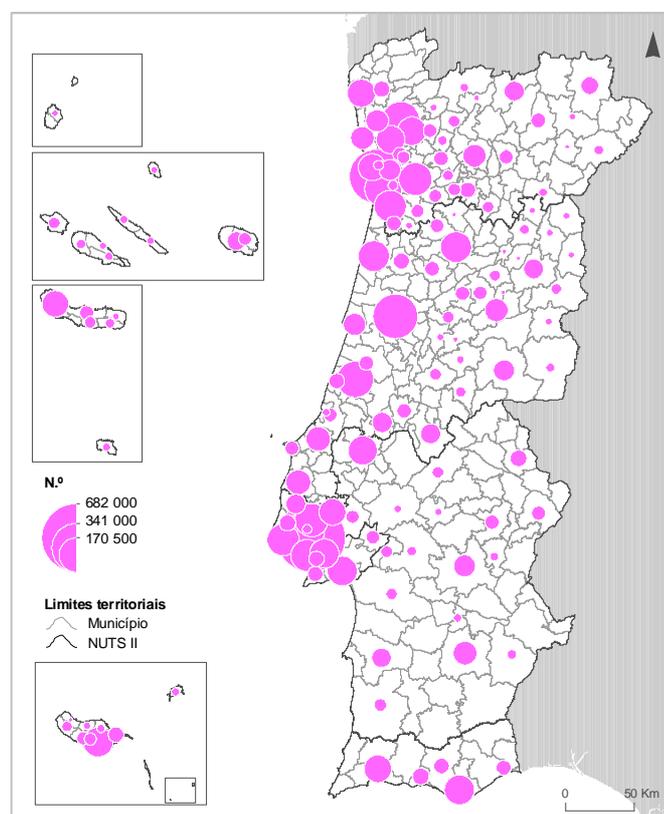


O Alentejo (2,4), a Região Autónoma dos Açores (2,6) e a Região Autónoma da Madeira (3,0) eram as NUTS II

onde se registava o menor número de médicas/os por habitante, não obstante os municípios capitais de distrito da região Alentejo apresentarem valores acima da média nacional para este indicador – Évora (7,1), Beja e Portalegre (ambos com 4,9) –, bem como os municípios do Funchal (5,5) e de Ponta Delgada (4,7), na Região Autónoma da Madeira e na Região Autónoma dos Açores, respetivamente.

Em 2012, realizaram-se em Portugal cerca de 7,8 milhões atendimentos em serviços de urgência dos hospitais oficiais públicos e dos centros de saúde. Na região Norte este valor atingia aproximadamente 2,5 milhões atendimentos e nas regiões Centro e Lisboa situava-se próximo dos 2 milhões de atendimentos em serviços de urgência.

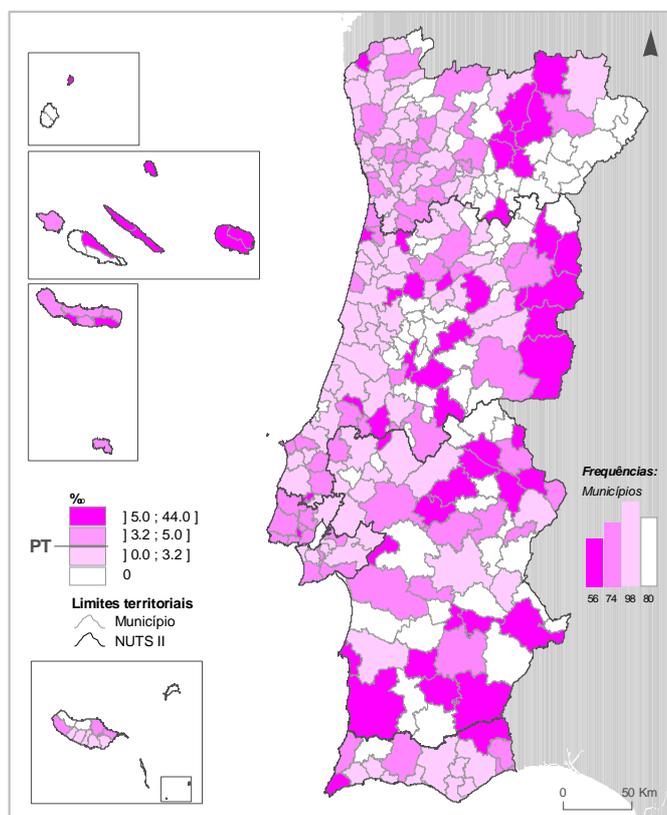
Atendimentos em serviços de urgência dos hospitais oficiais públicos e de urgência básica dos centros de saúde, por município, 2012



A análise do número de atendimentos em serviços de urgência no conjunto destes dois tipos de equipamentos destaca, com valores mais elevados, os municípios das duas áreas metropolitanas e os municípios coincidentes com capitais de distrito. Os municípios que registavam um maior número de atendimentos eram: Lisboa (682 mil), Porto (420 mil) e Coimbra (288 mil). Nas regiões autónomas evidenciava-se o número de atendimentos em serviços de urgência nos municípios do Funchal (128 mil), na Região Autónoma da Madeira, e de Ponta Delgada (102 mil), na Região Autónoma dos Açores.

No período 2008/2012, a taxa quinquenal de mortalidade infantil registou um valor de 3,2‰. Este indicador apresentava um valor nulo em 80 dos 308 municípios portugueses, situados sobretudo no Interior do Continente, mas também nas regiões autónomas.

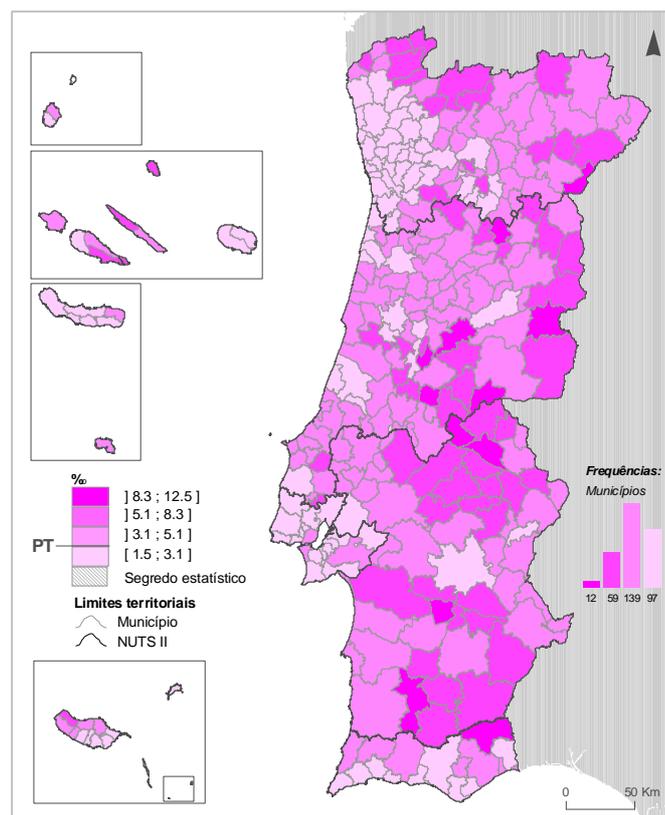
Taxa quinquenal de mortalidade infantil, por município, 2008/2012



Nas regiões NUTS III do Pinhal Interior Sul (6,6‰), do Baixo Alentejo (5,1‰), da Beira Interior Sul (4,8‰) e da Beira Interior Norte (4,3‰), a par da Região Autónoma dos Açores (4,9‰), registavam-se os valores mais elevados do país em termos de mortalidade infantil. Por sua vez, as regiões NUTS III com valores mais baixos de mortalidade infantil correspondiam ao Pinhal Interior Norte (1,3‰), à Lezíria do Tejo (2,2‰), à Cova da Beira e ao Baixo Mondego (ambas com 2,3‰).

Em 2012, a taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório foi de 3,1 óbitos por mil habitantes.

Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, por município, 2012



No Continente, os municípios com taxas de mortalidade por doenças do aparelho circulatório inferiores à média nacional concentravam-se no Litoral Norte, na região de Lisboa e no Algarve.

Nas regiões autónomas, os municípios que registavam taxas de mortalidade mais baixas por este tipo de doenças eram Machico (1,6‰), Porto Santo (1,7‰) e Câmara de Lobos (1,8‰), na Região Autónoma da Madeira, e Ribeira Grande e Vila Praia da Vitória (ambos com 2,2‰), na Região Autónoma dos Açores.

Do conjunto de 12 municípios com taxas de mortalidade por doenças do aparelho circulatório superiores a 8 óbitos por mil habitantes destacavam-se os municípios do Gavião (12,4‰), Alcoutim (12,3‰), Pampilhosa da Serra (11,7‰), Alvito (11,5‰), Vila de Rei (11,3‰), Crato, (10,5‰) Ourique e Vila Velha de Ródão (ambos com 10,4‰).

MERCADO DE TRABALHO

Em 2013, a população empregada em Portugal era de 4,4 milhões de indivíduos, isto é, 49,7% da população residente (taxa de emprego), o que correspondeu a um decréscimo face à proporção registada em 2012 (50,8%). A taxa de emprego feminina situava-se abaixo da média no conjunto do país (45,3%) e em todas as regiões NUTS II. Os valores mais baixos na taxa de emprego feminina, em 2013, registaram-se no Alentejo (40,7%) e na Região Autónoma dos Açores (42,7%). Pelo contrário, foi na região Centro que se registou a maior proporção de mulheres empregadas (48,4% da população residente feminina).

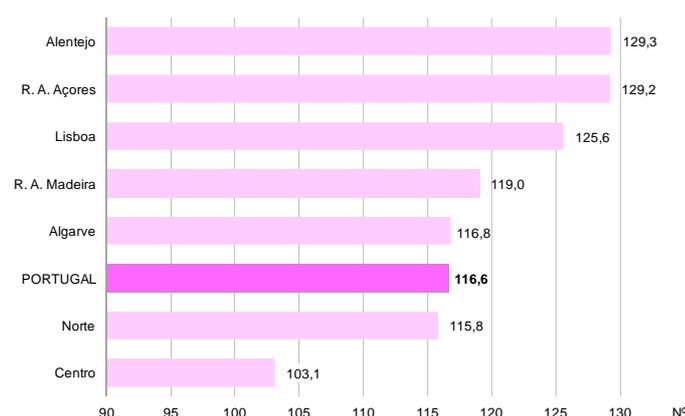
Em todas as regiões do país, a taxa de emprego masculina superou os 50% (54,7% ao nível nacional). Também neste indicador, a região Centro se destacou por apresentar o valor mais elevado (59,1%), enquanto em Lisboa se registou o menor valor regional (51,0%).

Taxa de emprego por sexo, Portugal e NUTS II, 2013



Em Portugal, a população inativa situou-se, em 2013, em 5,2 milhões de indivíduos, existindo no país 116,6 inativas/os por cada 100 empregadas/os. Este rácio aumentou face a 2012 (112,7) e tinha, em 2013, maior expressão no Alentejo e na Região Autónoma dos Açores onde residiam cerca de 129 inativas/os por 100 empregadas/os. Em todas as regiões NUTS II, a população inativa era superior à população empregada, sendo esta relação mais próxima na região Centro (103,1).

Inativas/os por 100 empregadas/os, Portugal e NUTS II, 2013

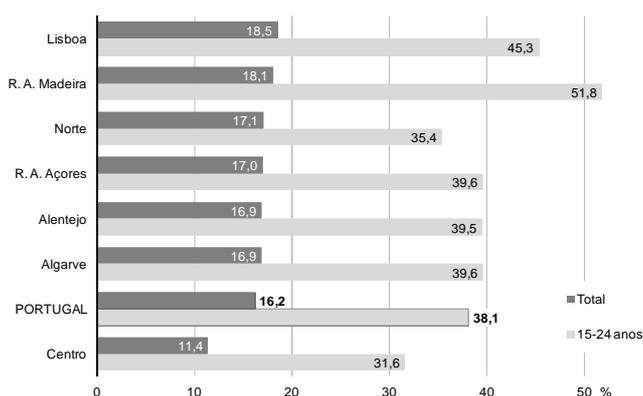


No ano de 2013, 16,2% dos indivíduos ativos encontravam-se desempregados (taxa de desemprego). Face à média nacional, a taxa de desemprego foi mais elevada na região de Lisboa (18,5%) e na Região Autónoma da Madeira (18,1%). Apenas para a região

Centro foi estimada uma taxa de desemprego abaixo do valor nacional (11,4%).

Considerando o segmento dos indivíduos jovens (15 a 24 anos), a taxa de desemprego nacional situou-se em 38,1% em 2013. Na Região Autónoma da Madeira, mais de metade dos jovens ativos estavam desempregados (51,8%) e na região de Lisboa este indicador situou-se em 45,3%. As regiões Centro e Norte, apresentavam, para os indivíduos dos 15 aos 24 anos de idade, uma taxa de desemprego inferior à média nacional (31,6% e 35,4%, respetivamente).

Taxa de desemprego, Portugal e NUTS II, 2013



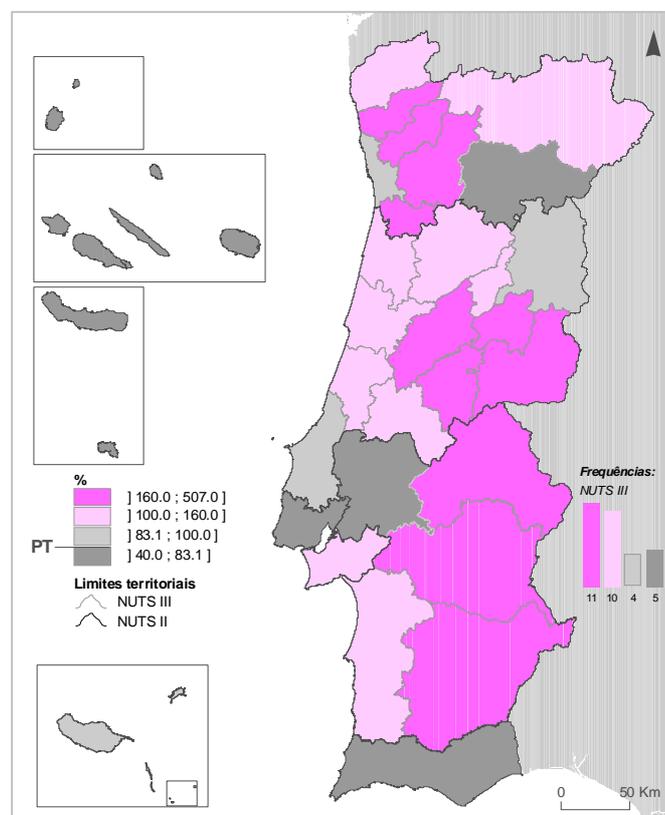
COMÉRCIO INTERNACIONAL

A informação provisória do comércio externo de bens em 2013 revela que a taxa de cobertura das importações pelas exportações em Portugal era de 83,1%.

A análise sub-regional das trocas comerciais com o estrangeiro mostra que 21 das 30 NUTS III do país apresentavam taxas de cobertura das importações pelas exportações acima de 100%, evidenciando um contínuo de sub-regiões com valores mais elevados situadas nas regiões Centro e Alentejo e ainda um conjunto de sub-regiões em torno do Grande Porto.

Os operadores de comércio internacional das sub-regiões Grande Lisboa, Algarve, Região Autónoma dos Açores, Douro e Lezíria do Tejo revelaram menor capacidade exportadora face ao valor das importações, o que se traduziu em taxas de cobertura abaixo da média nacional.

Taxa de cobertura das importações pelas exportações, por NUTS III, 2013 Po

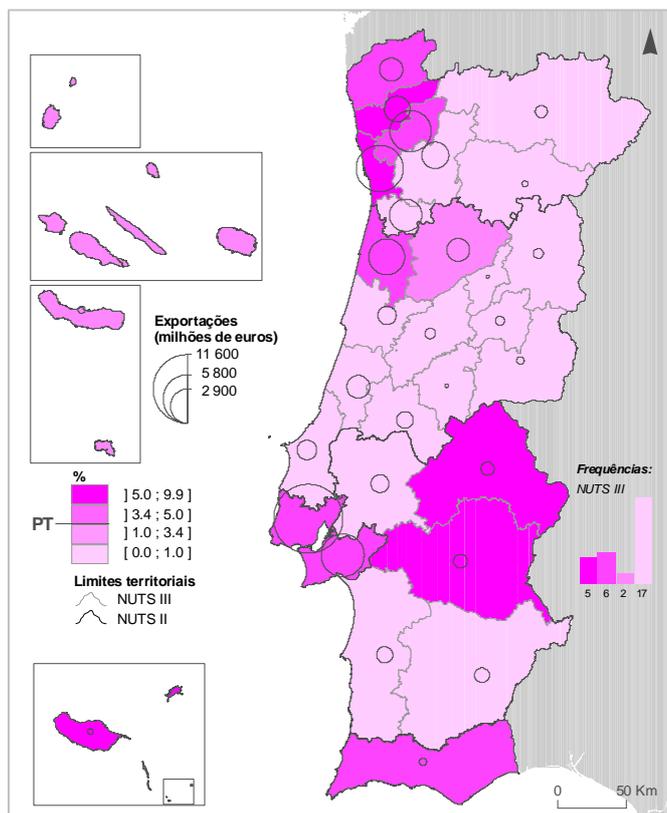


Em 2013, a proporção de exportações de alta tecnologia situou-se em 3,4% do total de exportações. Ao nível sub-regional, a proporção mais elevada de exportações de alta tecnologia registou-se no Alentejo Central, na Região Autónoma da Madeira, no Grande Porto, no Cávado e no Alto Alentejo.

As cinco sub-regiões que mais contribuíram para o valor total de exportações do país apresentavam também uma proporção de exportações de bens de alta tecnologia acima da média nacional: Grande Lisboa (3,6%), Grande

Porto (6,1%), Península de Setúbal (4,7%), Ave (3,6%) e Baixo Vouga (3,9%).

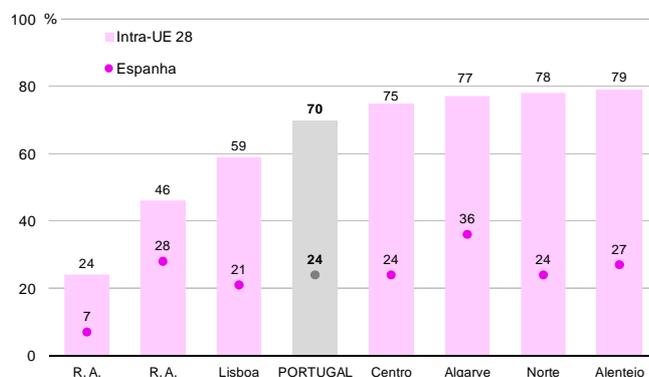
Exportações totais e proporção de exportações de bens de alta tecnologia, por NUTS III, 2013 Po



Em Portugal, cerca de 70% das exportações destinavam-se a outros países da UE28, verificando-se que cerca de um quarto das exportações se destinava a Espanha. Os operadores sediados nas regiões do Alentejo e do Algarve apresentavam, simultaneamente, uma maior dependência do mercado intracomunitário (respetivamente, 79% e 77% das exportações regionais) e também uma proporção de exportações para Espanha acima do valor médio nacional (27% no Alentejo e 36% no Algarve).

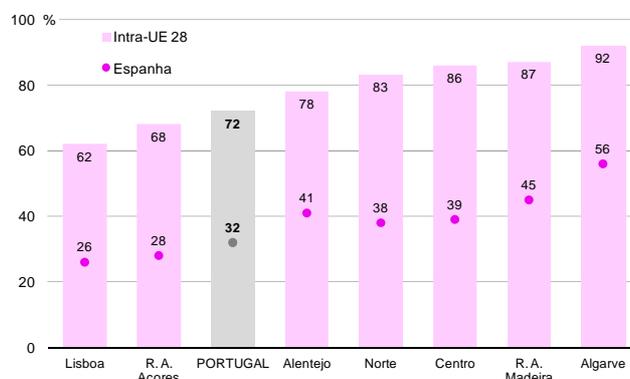
Na Região Autónoma da Madeira registou-se a menor proporção de exportações intracomunitárias (24%) e também uma menor importância do mercado espanhol (7% das exportações regionais).

Proporção das exportações intra-UE (UE28) e das exportações para Espanha no total das exportações, Portugal e NUTS II, 2013 Po



A dependência da economia portuguesa face ao mercado intracomunitário era maior no caso das importações do que das exportações. Ao nível nacional, cerca de 72% das importações era proveniente dos 28 países da União Europeia e cerca de um terço tinha origem em Espanha. Mais de 90% das importações registadas pelos operadores situados no Algarve era proveniente da União Europeia (mais de metade provinham de Espanha). Apenas na região de Lisboa e na Região Autónoma dos Açores se registou uma proporção de importações intra-UE28 abaixo do valor médio nacional.

Proporção das importações intra-UE (UE28) e das importações provenientes de Espanha no total das importações, Portugal e NUTS II, 2013 Po

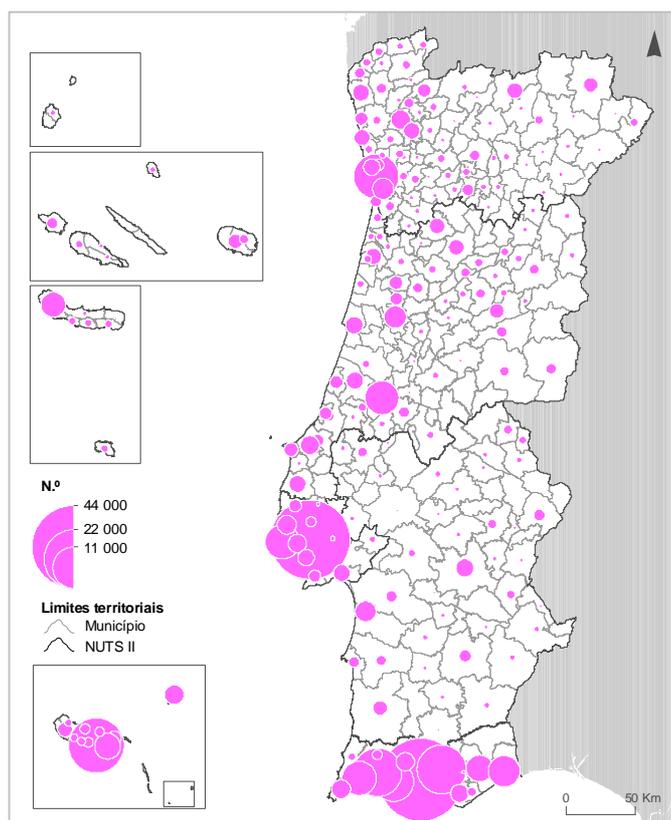


TURISMO

Em 2013, a capacidade de alojamento turístico em Portugal era de 326 187 camas, repartindo-se por hotelaria (83% desta oferta), alojamento local (13%) e turismo no espaço rural e turismo de habitação (4%).

Albufeira era, em 2013, o município com maior capacidade de alojamento (cerca de 44 mil camas), seguindo-se Lisboa com 40 mil camas. Ainda com uma dotação relevante no contexto nacional, encontravam-se os municípios do Funchal (19 mil camas), três municípios algarvios – Lagoa, Loulé e Portimão – e também o Porto (12 mil camas).

Capacidade de alojamento turístico, por município, 2013

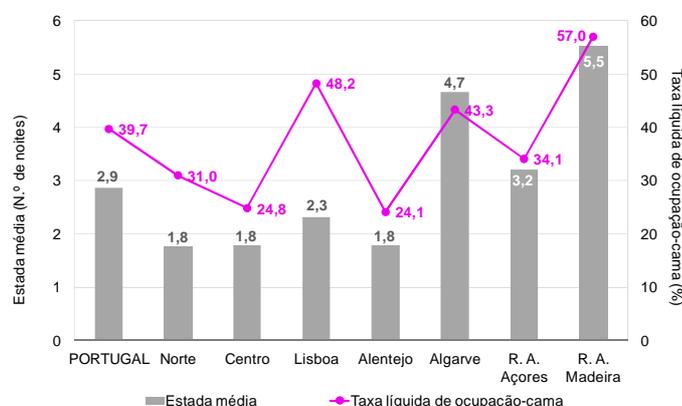


Em 2013, a estada média nos alojamentos turísticos do país situou-se em 2,9 noites por hóspede. O valor registado para este indicador nas regiões Norte, Centro e Alentejo era inferior à média nacional (1,8 noites em todas as regiões).

Ao nível municipal, registaram-se estadas médias mais longas nos municípios algarvios e nas regiões insulares. Em particular, com estadas médias superiores a cinco noites por hóspede, destacavam-se os municípios de Lagoa e Albufeira (no Algarve), Nordeste e Lagoa (na ilha de São Miguel) e o território contínuo formado pelos municípios de Câmara de Lobos, Funchal e Santa Cruz (na R. A. Madeira).

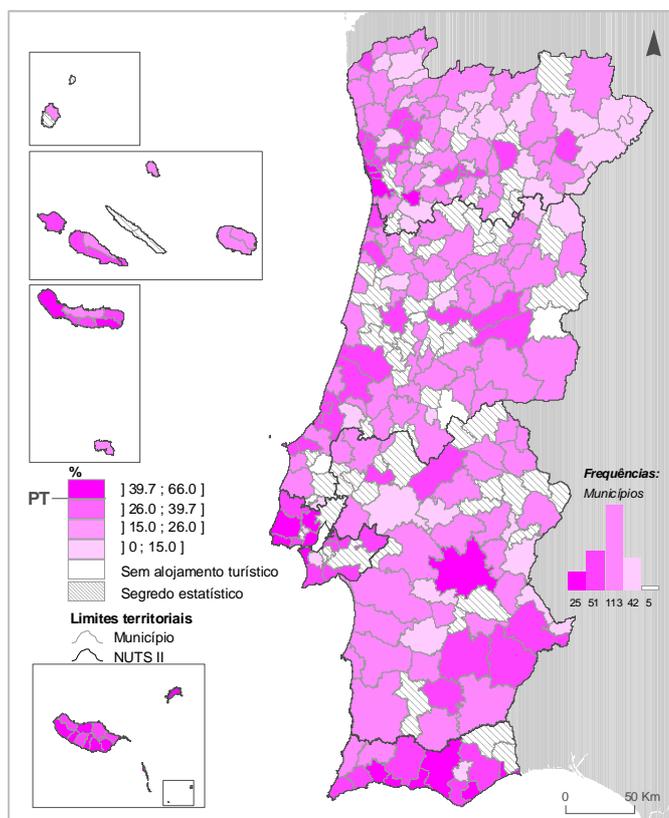
A taxa líquida de ocupação-cama nos alojamentos turísticos foi, em 2013, de 39,7%. Neste contexto, destacam-se a Região Autónoma da Madeira, a região de Lisboa e o Algarve por apresentarem valores acima da média neste indicador. Note-se, contudo, que a estada média nos alojamentos turísticos da região de Lisboa (2,3 noites) era inferior à média nacional (2,9).

Estada-média e taxa líquida de ocupação-cama, Portugal e NUTS II, 2013

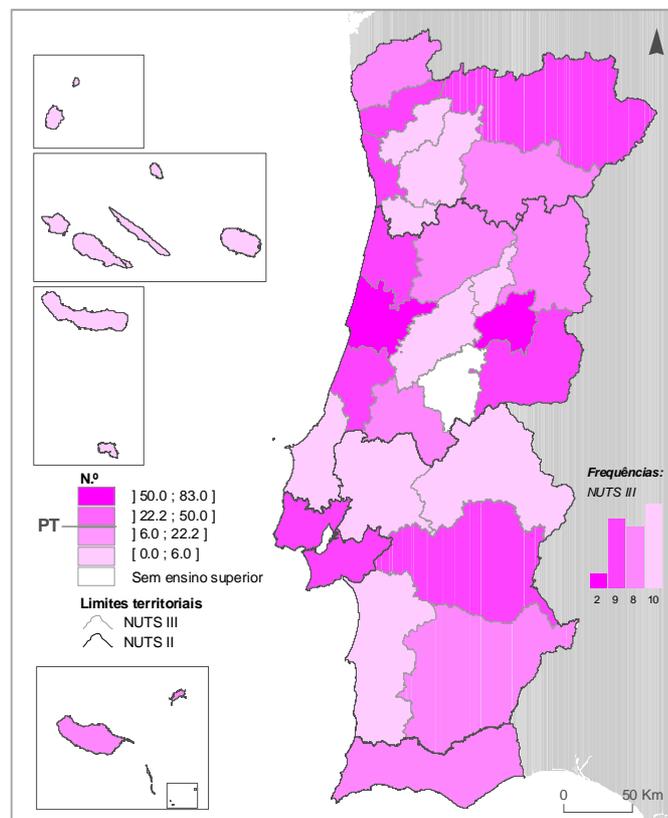


Em 2013, apenas cinco municípios registaram uma taxa líquida de ocupação-cama superior a 50%: Lisboa (52%) e quatro municípios da Região Autónoma da Madeira – Calheta (54%), Santa Cruz (57%), Funchal (62%), Ponta do Sol (66%). A taxa de ocupação média nacional (39,7%) foi superada em 25 municípios distribuídos pelas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, Algarve e regiões autónomas. Pertenciam, ainda, a este conjunto os municípios de Castelo de Paiva e de Évora.

Taxa líquida de ocupação-cama, por município, 2013



Diplomados/os do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes, por NUTS III, 2012/2013



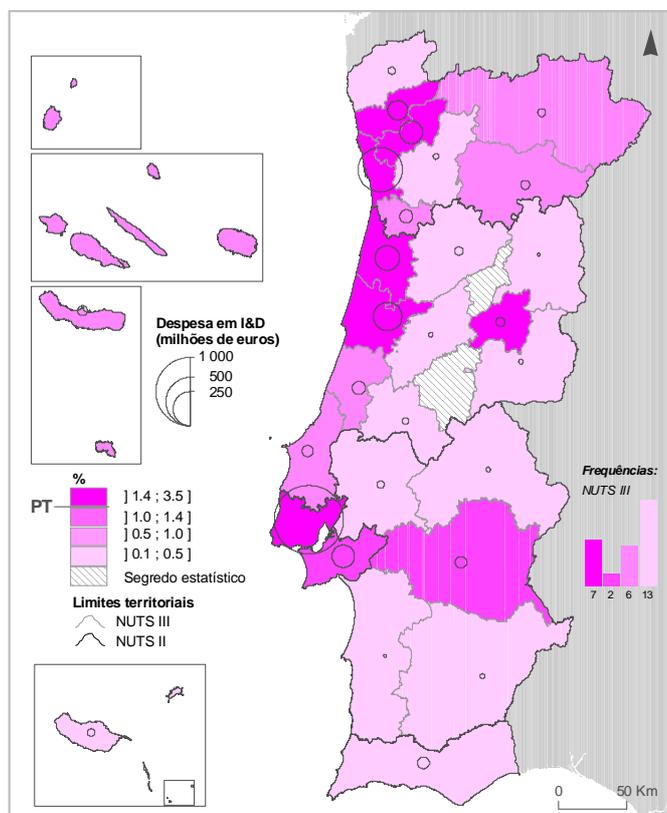
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

No ano letivo 2012/2013, o número de diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas foi de 22,2 por mil habitantes dos 20 aos 29 anos. As regiões de Lisboa (28,8) e do Centro (27,9) registavam valores mais elevados neste indicador e, ao nível das regiões NUTS III, evidenciavam-se o Baixo Mondego (82,8) e a Cova da Beira (63,1) onde se situa apenas um estabelecimento do ensino superior (Universidade da Beira Interior, na Covilhã).

Em 2012, a despesa em I&D ao nível nacional foi de cerca de 2 320 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 9,6% face ao ano anterior. Cerca de 43% da despesa nacional registou-se na Grande Lisboa, seguindo-se o Grande Porto com cerca de 18%.

Em Portugal, a importância da despesa em I&D no PIB foi de 1,41%. Em três das 30 sub-regiões NUTS III portuguesas, aquela proporção ultrapassava 2%: Baixo Mondego (3,41%), Baixo Vouga (2,24%) e Grande Porto (2,01%). Na região Norte, evidenciava-se um contínuo formado pelas sub-regiões Grande Porto (2,01%), Ave (1,74%) e Cávado (1,59%) com valores acima da média nacional.

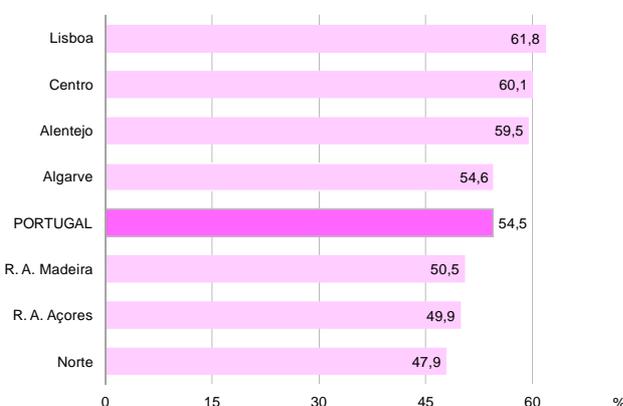
Despesa em I&D e proporção no PIB, por NUTS III, 2012



A distribuição da despesa em I&D por setor de execução era distinta ao nível das regiões NUTS II. Assim, sublinha-se a importância que o ensino superior assumia no Algarve (74%) e a importância que o Estado assumia nas regiões autónomas (cerca de um quarto da despesa em I&D regional).

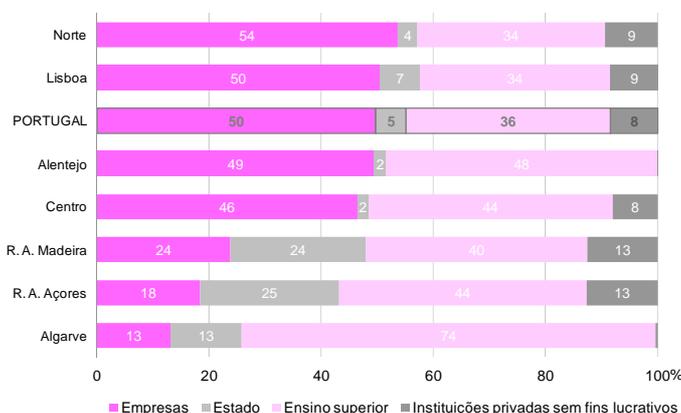
O inquérito comunitário à inovação (CIS) revelou que, no período 2010-2012, cerca de 54,5% das empresas em Portugal desenvolveram atividades de inovação. A proporção de empresas com atividades de inovação era mais elevada na região de Lisboa (61,8%), na região Centro (60,1%), no Alentejo (59,5%) e no Algarve (54,6%), superando o valor médio nacional. O Norte era a região com menor proporção de empresas com atividades de inovação naquele período.

Proporção de empresas com atividades de inovação, Portugal e NUTS II, 2010-2012



No conjunto nacional, as empresas constituíam o setor de execução de despesa em I&D mais relevante (50% do total de despesa), fundamentalmente devido à importância que este setor tinha na despesa das unidades de investigação sediadas na região do Norte (54%) e de Lisboa (50%).

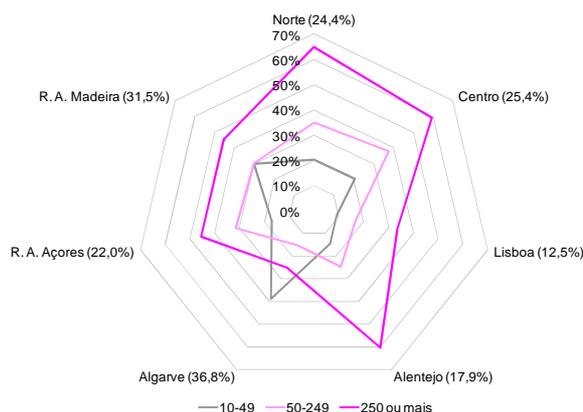
Repartição da despesa em I&D por setor de execução, Portugal e NUTS II, 2012



Cerca de um quinto das empresas em Portugal obteve financiamento público para a inovação, no período 2010-2012. O Algarve e a Região Autónoma da Madeira eram as regiões em que esta proporção era mais relevante (36,8% e 31,5% das empresas, respetivamente). A análise das empresas com financiamento público para a inovação por escalão de pessoal ao serviço revela que, em Portugal e em todas as regiões exceto no Algarve, o financiamento público tinha mais expressão nas empresas de maior dimensão (250 ou mais pessoas ao

serviço). No Algarve, o financiamento público para a inovação era superior (38,9%) nas pequenas empresas (10 a 49 pessoas ao serviço).

Proporção de empresas com financiamento público para a inovação, segundo o escalão de pessoal da empresa, por NUTS II, 2010-2012



PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A taxa de abstenção na eleição para o Parlamento Europeu, realizada em Portugal a 25 de maio de 2014, foi de 66%, ficando acima do valor registado em 2009: 63%.

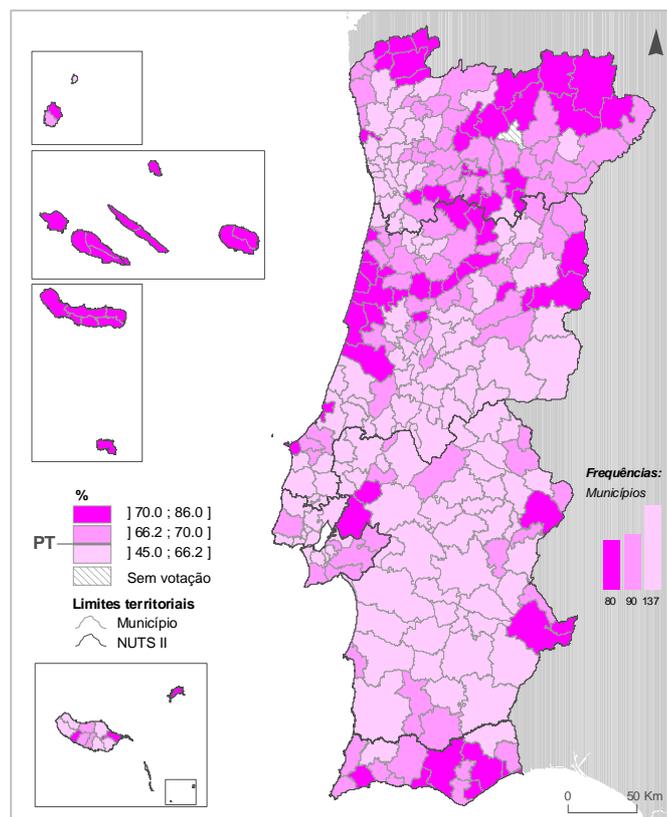
A Região Autónoma dos Açores registou a taxa de abstenção mais elevada (80%), seguida das regiões do Algarve (72%) e do Centro (67%) onde se verificaram taxas de abstenção superiores à média nacional. A região de Lisboa registou o maior nível de participação eleitoral, com uma taxa de abstenção de 63%.

Os municípios com maior taxa de abstenção localizavam-se na Região Autónoma dos Açores, destacando-se o facto de apenas um município desta região ter registado uma taxa de abstenção abaixo da média nacional (Corvo: 61,7%).

No Continente, os municípios com maior taxa de abstenção concentravam-se nas regiões Norte, Centro e Algarve. Com taxas de abstenção mais elevadas, destacavam-se os

municípios de Melgaço (79,7%) e Ribeira de Pena (77,6%) na região Norte, de Vila Nova de Paiva (77,0%), Pombal (75,6%) e Murtosa (75,3%) na região Centro, e o município de Albufeira no Algarve (76,6%).

Taxa de abstenção na eleição para o Parlamento Europeu, por município, 2014



Na região do Alentejo, 17 dos 58 municípios registaram taxas de abstenção superiores à média nacional e cinco apresentaram valores acima de 70% – Moura (73,3%), Salvaterra de Magos (73,0%), Barrancos (70,8%), Elvas (70,5%) e Benavente (70,3%).

Na região de Lisboa, apenas os municípios do Montijo (69,2%), Sesimbra (68,7%), Palmela, Sintra (ambos com 67%) e Setúbal (66,5%) apresentaram taxas de abstenção superiores à média nacional, registando os municípios do Barreiro, de Lisboa e de Oeiras os valores mais elevados de participação eleitoral, com taxas de abstenção de 58,5%, 58,7% e 58,8%, respetivamente.